

O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo¹

Carlos Alberto de Carvalho²
Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Desde a incorporação aos estudos do Jornalismo, por Gaye Tuchman, o conceito de enquadramento, tomado de empréstimo a Erving Goffman, tem sido útil para a compreensão dos modos como os diversos operadores jornalísticos promovem recortes do real transformado em narrativas noticiosas. Mais do que um conceito operacional, enquadramento é uma noção também rica para esclarecer os modos como o Jornalismo se relaciona com os atores sociais. Às possibilidades analíticas do conceito, no entanto, correspondem alguns limites interpretativos, existentes desde a apropriação de Tuchman, assim como dificuldades impostas pela própria maneira como Goffman lida com o conceito de “quadros primários”, central na definição dos enquadramentos.

Palavras-Chave: Jornalismo; Enquadramento; Realidade Social

Introdução

O jornalismo, propõe-nos Adelmo Genro Filho (1987), é uma das estratégias mais importantes que as sociedades modernas possuem para dar a conhecer, a elas mesmas, o que em seu interior acontece, nas mais diversas áreas das atividades humanossociais. Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa, elementos que, a propósito, constituem, não por acaso, os objetos mesmo da tessitura noticiosa que cotidianamente nos apresentam os veículos informativos impressos e eletrônicos. Por essa razão, o jornalismo, na visão do autor, contrariamente à perspectiva daqueles que o veem como fragmentador das realidades por ele retratadas, e por conseqüência, produtor de visões superficiais e precárias de mundo, contribuiria para que os fruidores formassem, a partir mesmo dos “fragmentos” apresentados pelas notícias, uma visão das contradições e condições do mundo que os cercam. O próprio jornalismo, acrescentamos, também é marcado por contradições, a exemplo de silêncios e interditos relativamente a temas de grande relevância social que podemos encontrar na prática específica de um veículo noticioso ou em um conjunto mais amplo de operadores jornalísticos, ao promoverem “recortes” do real noticiado,

¹ Trabalho apresentado às Divisões Temáticas, na Divisão Temática de Jornalismo, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Professor do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail*: caco5@uol.com.br.

enquadrando-o e mesmo excluindo alguns aspectos dos acontecimentos, ou acontecimentos por inteiro, quando o que se espera é que ele atue sempre na perspectiva de difusão da totalidade do que importa como evento do mundo humanossocial.

Percebe-se, portanto, que a visão de Genro Filho é do jornalismo como atividade capaz de revelar o social em suas mais complexas dimensões. Nas palavras do autor:

Por isso, a informação jornalística não é contrária à formação da experiência: trata-se, inclusive, de uma experiência que já vem, em alguma medida, 'pré-formada' pelos mediadores e pelo *sistema jornalístico* no qual estão inseridos; noutro sentido, essa experiência 'pré-formada' não resulta pronta e acabada, mas convida o público a completá-la como um fenômeno que estivesse sendo percebido diretamente. A sua significação universal, está apenas sugerida ao invés de formalmente fixada. A concepção ingênua de que o jornalismo inevitavelmente fragmenta o real e, em consequência, é necessariamente manipulatório e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e, além disso, que o singular também contém o particular e o universal. (GENRO FILHO, 1987, p. 209. Com grifo do autor)

Para Genro Filho, a notícia se nutre do que há de mais específico em um determinado acontecimento, a singularidade, ou seja, a quem ou a que se refere o acontecimento e em quais circunstâncias ele ocorreu. No entanto, cada acontecimento narrado pelo jornalismo se inscreve também em dimensões mais amplas, donde é possível, a partir dele, perceber a inserção em uma determinada classe de eventos particulares, que por sua vez aponta na direção de uma universalidade, no sentido da indicação de características mais abrangentes da realidade à qual pertence o acontecimento noticiado.

Na proposição de Genro Filho, o jornalismo não é uma atividade exercida sem levar em conta sujeitos que tomarão contato com as notícias, mas pelo contrário, uma vez disseminada uma informação, ela poderá, potencialmente, acionar nos fruidores interpretações e correlações que, inclusive, levariam à concretização das virtualidades que cada acontecimento noticiado tem de permitir o reconhecimento das particularidades e da universalidade às quais se vincula. Além disso, outras dimensões importantes do jornalismo estão aí sugeridas, ainda que de forma implícita: ele participa da construção social da realidade, ao invés de simplesmente espelhar a realidade já existente (Tuchman, 1978; Alsina, 1989; Souza, 2000; Cornu, 1994; Ponte, 2005; Traquina, 1993, 2001 e 2005, dentre outros) e é um ator social de grande relevo (Gontijo, 2002; Patterson, 2000, dentre outros).

A concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores com os quais tem que se haver acontece não somente a partir da definição de uma linha editorial, própria a cada veículo, e em função da qual serão feitas as escolhas dos acontecimentos que comporão um determinado noticiário. Ela está relacionada a uma série de procedimentos técnicos que, em certa medida, são comuns a todas as organizações que têm a notícia como foco. No entanto, a engrenagem envolvida na produção jornalística está longe de reduzir-se a um conjunto de técnicas que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. Ela envolve aspectos mais sofisticados que são, em última instância, os definidores dos modos mesmo como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real. A essa “operação”, e especialmente sob influência de Tuchman (1978), tem-se dado o nome de enquadramento. Ao promover enquadramentos, o jornalismo está colocando em ação mais do que a saliência de aspectos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados. Está neste processo a especificidade da sua participação nas dinâmicas de construção social da realidade. Em outros termos, os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa.

Enquadramento

O conceito de enquadramento, tomado de empréstimo a Erving Goffman, tem sido um dos pilares na proposição de diversos autores (Tuchman, 1978, 1993; Correia, 2000; Ponte, 2005; Silveirinha, 2005; dentre outros) sobre os modos como as notícias nos são apresentadas pelos operadores jornalísticos a partir de referências que deem às narrativas noticiosas inteligibilidade, o que implica em relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá. O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença. A interpretação de uma situação, assim sendo, resultará sempre da resposta a uma indagação primeira: “o que está se desenrolando na cena à minha frente?”

Goffman define o enquadramento do seguinte modo:

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão análise do *enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11, com grifos do autor)

O enquadramento, adverte Goffman, é um conceito para análises de como cada sujeito particular se envolve subjetivamente em uma dada situação social, e não um conceito sobre a organização da estrutura social. Interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. Assim, se a primeira dúvida que cada um tem diante de uma determinada situação é sobre os seus significados, os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*) da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais. Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p. 23)

Na condição de estruturas cognitivas, os quadros primários abarcam não somente as dimensões racionais, como ainda aquelas identificadas com uma explicação esotérica, dotada de uma lógica própria, apesar de serem interpretadas, por alguns componentes do social, como irracionais. Além disso, lidamos cotidianamente com quadros de referência naturais e sociais, e ao passo que os primeiros tendem a uma cristalização, se pensarmos na regularidade, por exemplo, de furacões, permitindo algum tipo de antecipação de atitudes, os segundos estão em permanente processo de mudança e nem sempre será possível a compreensão do que realmente eles significam.

Quadros de referência sociais, portanto, são construções humanas historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis e ter consciência sobre tal dimensão é indispensável para que a interpretação de uma determinada situação não seja equívoca.

Enquadramento jornalístico

E parece-nos ser precisamente a interpretação o que está em jogo quando pensamos nos enquadramentos jornalísticos. Por essa razão, narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante. Essa aparente operacionalidade dos enquadramentos, no entanto, é enganosa, se tomarmos como referência as proposições de Gaye Tuchman (1978), autora que foi uma das pioneiras na apropriação do conceito goffmaniano de enquadramento como parte de uma perspectiva mais ampla de compreensão do jornalismo, a exemplo das suas reflexões sobre a participação do jornalismo nos processos de construção social da realidade. O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão – e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do *status quo*, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos, na visão de Tuchman, que assim explica porque recorreu a Goffman:

No capítulo 1, eu indiquei que este livro é um estudo baseado na sociologia do conhecimento, bem como na sociologia das ocupações e profissões. Alguns poderiam então ter visto a minha decisão de utilizar a noção de enquadramento de Goffman (1974) como um princípio de organização para a análise da produção da notícia como uma contradição em termos. Embora Goffman saliente que a notícia revela a vulnerabilidade da experiência aos enquadramentos, ele também explicitamente adverte que o seu trabalho diz respeito à organização social da experiência, não à organização da estrutura social. Goffman salienta que a organização da experiência é inevitavelmente associada à produção de sentido. Eu tentei tomar do trabalho de Goffman a sua conclusão lógica: A produção de significado é intrinsecamente encaixada na atividade de homens e

mulheres – nas instituições, organizações e profissões associadas às suas atividades e que eles produzem e reproduzem, criam e recriam. (TUCHMAN, 1978, p. 216)

O que se sobressai dessa explicação sobre a apropriação do conceito de enquadramento é que a autora não privilegiou a noção mais específica dos quadros primários como as referências de inteligibilidade diante de uma situação, que perdem em importância para a noção de institucionalização de práticas sociais, mas principalmente profissionais. Essa escolha é compreensível, se tivermos em conta que Tuchman filia o seu trabalho à etnometodologia, cuja preocupação central é o reconhecimento do *ethos* que tipifica uma determinada comunidade, inclusive de profissionais que atuam em função de princípios, até certo ponto, amplamente compartilhados e aceitos como aqueles que melhor definem suas ações e inserções na realidade social. Mas não nos pode escapar o fato de que homens e mulheres não vivem exclusivamente “nas instituições, organizações e profissões”. A vida em sociedade exige outras interações e elas não podem ser desprezadas como componentes dos modos como acionamos quadros de referência para a interpretação de uma dada situação. E os operadores jornalísticos, além de não escaparem a essa condição, exercem uma atividade profissional que tem dentre as suas especificidades múltiplas dimensões de negociação com uma grande quantidade de sujeitos/atores sociais. Como consequência, produzem significados que são mais complexos do que aqueles a que são constrangidos pelas relações institucionalizadas.

Outro aspecto é que privilegiar os quadros de referência da atividade jornalística, em detrimento dos quadros de referência naturais, e especialmente os sociais, realça, no nosso entendimento em demasia, as práticas jornalísticas como autônomas relativamente ao restante do mundo social. É o que se depreende, por exemplo, da análise que a autora faz dos modos como, em meados dos anos 1960, o movimento feminista foi noticiado em determinados jornais norte-americanos, destacando a atuação de jornalistas feministas como fundamental para mudanças de enfoque, frente aos editores “machistas”. Ainda que Tuchman (1978, pp. 133-134) aponte para a existência de atores sociais em conflito, inclusive referindo-se aos *lobbies* promovidos por instituições interessadas em matizar favoravelmente coberturas jornalísticas que lhes dizem respeito, “recrutando” jornalistas a seu serviço, prevalece, na perspectiva da autora, que os quadros definidores dos enquadramentos jornalísticos são os derivados das diversas dimensões institucionalizadas nas quais está inserida a atividade de

produção da notícia. Ademais, a conclusão lógica do raciocínio de Goffman, nos termos que ele propõe, não aponta, ao contrário do que Tuchman afirma, na direção da construção de sentidos a partir dos referenciais institucionalizados, mas na utilização dos quadros de referência para a compreensão de uma dada situação cotidiana frente à qual nos encontramos.

Vejamos como a autora trabalha com os enquadramentos, que entendemos, reforça o que foi afirmado acima.

Como Goffman (1975, PP.10-11) o define, um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. Os *frames* organizam as “strips” do mundo quotidiano, entendendo-se por *strip* “uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da actividade corrente” (1975, p. 10). Além disso, eles também podem governar a constante organização social do próprio acontecimento perceptível, ao passo que sem o frame seriam apenas os *happenings* ou apenas conversa. Assim, utilizando as convenções da *news story* como *frame*, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público; eles definem o que é e quais os *happenings* amorfos que fazem parte do acontecimento (Smith, 1974). Como *frames*, as “estórias” oferecem definições da realidade social. (TUCHMAN, 1993, p. 259, com grifos no original.)³

Ao enfatizarmos certos limites da abordagem de Tuchman dos enquadramentos, não estamos negando na totalidade a importância das dimensões de institucionalização envolvidas nas atividades jornalísticas, pois elas efetivamente constituem um dos elementos necessários em toda análise do jornalismo, das suas dinâmicas produtivas e das suas interações com os demais atores sociais. Nosso objetivo é chamar atenção para o fato de o jornalismo apresentar-se como uma atividade mais complexa em suas relações com o social do que sugerem as abordagens da autora. Mais ricas nos parecem as apropriações do conceito de enquadramento de Goffman feitas por Maria João Silveirinha.

Sendo construções simbólicas e interpretativas, os enquadramentos referem-se a crenças partilhadas na sociedade (...). É certo que não existe um verdadeiro consenso entre os investigadores relativamente ao que são, afinal, os enquadramentos e sobre como os indivíduos e as culturas fazem uso deles, o que tem levado mesmo alguns autores a falarem de um “paradigma fracturado” (Entman, 1993; Fisher, 1997). Esta ambiguidade conceptual, na opinião de alguns, pode mesmo conduzir a problemas operacionais que “limitam a comparabilidade dos instrumentos e dos resultados” (Scheufele: 1999: 103). Apesar

³ O trecho citado, retirado de texto da coletânea organizada por Nelson Traquina (1993), apresenta algumas modificações relativamente ao que encontramos na página 192 do livro *Making news*.

disso, o conceito, na medida em que faz a ligação entre estrutura e acção, cognição e práticas sociais, é útil não só ao estudo do jornalismo mas à própria avaliação do papel da imprensa num momento particular da vida colectiva (...). (SILVEIRINHA, 2005, p. 2)

Na abordagem da autora, parece-nos particularmente importante ressaltar a relação entre enquadramento, estrutura e ação, cognição e práticas sociais, pois estão nestes elementos aquilo que permite compreender os enquadramentos como jogos sociais de amplo espectro. É também a partir daquelas relações apontadas por Silveirinha que podemos melhor compreender o jornalismo como prática que negocia cotidianamente com os demais atores sociais, inclusive na tentativa de fazer prevalecer pontos de vista.

Em texto sobre como a imprensa portuguesa promoveu os enquadramentos por ocasião do lançamento do Euro como moeda comum aos países da Comunidade Européia, Maria João Silveirinha (2005) faz uma síntese dos principais pressupostos para a compreensão das proposições goffmanianas do enquadramento, o que inclui outros conceitos além dos quadros primários (que a autora traduz como estrutura primária):

A organização da experiência utiliza recursos como as ‘estruturas primárias’, as ‘chaves’ e as ‘fabricações’. (...) A *estrutura primária* é o que permite aos indivíduos interpretar o mundo à sua volta, constituindo um esquema de interpretações que “permite dar significado àquilo que de outra forma seria um aspecto insignificante de uma cena” (Goffman, 1974/1986: 21), podendo assumir um carácter natural ou social. As *estruturas sociais*, são aquelas pelas quais os indivíduos sentem ter controlo através da sua vontade, dos seus objectivos ou esforços e são elas que ajudam a “localizar, perceber, identificar e rotular” (Goffman, 1974/1986: 21) as acções e acontecimentos resultantes da acção humana intencional. Todos os enquadramentos de significado são, relativamente à estrutura primária, *secundários* podendo estes distinguir-se entre *transformações* (ficção, imitação, modelização, etc.) e *fabricação* (na qual se opera deliberadamente uma diferença entre o que é o enquadramento para alguns participantes e o que é para outros). Os enquadramentos existem no interior e em relação aos processos do que Goffman chama ‘keyings’, “*chaves*” (1974/1986: 43-44). É o enquadramento que dá as premissas ou instruções necessárias para decifrarmos a situação, sendo certo que podem variar e transformar-se em realidades múltiplas, pois a realidade é constituída por camadas ou bases (*layers*) em que nos podemos mover. (Silveirinha, 2005, p. 3)

A noção de que os enquadramentos podem variar, transformando-se em realidades múltiplas, é fundamental para a compreensão não somente das variações que

ocorrem na vida social, exigindo-nos novos referenciais interpretativos (quadros), mas também para reconhecermos que os acontecimentos narrados pelo jornalismo estão sujeitos a essa mesma dinâmica. Nessa perspectiva, se uma realidade social se modifica a partir de novos enquadramentos, e se a realidade social é a fonte por excelência de que se vale o jornalismo na construção das suas narrativas sobre as múltiplas facetas da vida cotidiana, em outras palavras, se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais. Mesmo acontecimentos naturais, como furacões ou enchentes, por exemplo, encontram explicações possíveis a partir de quadros de referência marcados por atividades humanossociais, como as interferências sobre o ambiente natural que provocariam, a partir do “efeito estufa”, mudanças climáticas e outras alterações que não permitem pensar catástrofes como meras ocorrências do curso regular da natureza.

Outra observação parece-nos importante para a compreensão sobre os modos como enquadramos. Ao utilizarmos os quadros de referência como uma forma de nos assegurarmos de que estamos interpretando corretamente uma dada situação, nem sempre nos será possível identificar se aquela cena corresponde a algo verdadeiro. O problema é assim colocado por Édson Gastaldo, em texto de análise sobre as contribuições de Erving Goffman para estudos na área da comunicação:

Goffman atenta, entretanto, para inúmeras possibilidades de “fabricação de enquadramentos”, como no que ele denomina de “brincadeiras benignas” em que pessoas comuns fazem as vezes de vigaristas com intenção jocosa e de “vigarices”, em que vigaristas fazem as vezes de pessoas comuns com intenção de obter uma vantagem indevida. Em ambos os casos, há uma manipulação deliberada da definição da situação, que complexifica a noção de quadro, representada como uma composição de múltiplas camadas sobrepostas, indefinidamente, configurando, em seu somatório, uma dimensão estrutural da vida cotidiana. (GASTALDO, 2004, pp. 113/114)

As potencialidades de “fabricação” e o fato de os quadros de referência se apresentarem em camadas sobrepostas reforçam a necessidade de que os indivíduos, diante de uma determinada situação, estejam atentos à possibilidade de que os quadros primários por eles acionados não deem conta de uma explicação adequada da cena. A falha, neste caso, não se refere a uma incapacidade cognitiva relativamente a um repertório de quadros de referência, mas a uma atitude que pode misturar credulidade e

ingenuidade, resultando na crença de que todos os componentes da cena estão atuando de forma não enganadora. Os riscos envolvem não reconhecer atores que falsificam um personagem e/ou cenários deliberadamente manipulados com a intenção de “forjar” uma realidade. Cenários que não se limitam aos equipamentos típicos das encenações teatrais, uma vez que podem ser também entendidos como os múltiplos aspectos implicados em um determinado acontecimento, a exemplo da noção de “cenário econômico” ou “cenário político”. Riscos que se estendem aos operadores jornalísticos que enquadram os acontecimentos noticiados e que podem estar diante, por exemplo, do que se convencionou chamar de factóide, o que parece um fato, mas é fruto de uma “fabricação”. Advertindo para a prática do factóide como uma armação que parte dos próprios jornalistas, dizem-nos Raquel Paiva e Muniz Sodré: “o neologismo norte-americano *factoid* (factóide, algo que parece, mas não constitui um facto) é uma designação bem popular para este fenômeno, recorrente na imprensa anglo-saxônica desde o século XIX” (PAIVA & SODRÉ, 2005, p. 97). Comuns também são os factóides levados adiante por diversos atores sociais, com o intuito de chamarem atenção para si, especialmente das mídias noticiosas.

Restam, ainda, algumas considerações acerca das possibilidades e limites do conceito de enquadramento para a compreensão dos modos como o jornalismo interpreta o mundo, ou “cria o real”, em linguagem mais próxima aos estudiosos que se preocupam centralmente com as formas de poder do jornalismo acerca da determinação dos nossos modos de ver a realidade social. A perspectiva de que enquadramento é um “conceito fraturado”, se não chega a comprometer o seu uso, inclusive em outras áreas de pesquisas que têm o social como preocupação (GASTALDO, 2004), leva-nos à necessidade de algumas observações. A noção de quadros primários, tal como Goffman os apresenta, possui um limite conceitual claro, uma vez que o autor não ultrapassa a descrição deles como as referências primeiras que acionamos, sem a identificação de qualquer outra realidade que os antecede. Desse modo, parece-nos necessário buscar conceituações que esclareçam as próprias probabilidades de constituição dos quadros primários de referência, sob o risco de tomar os enquadramentos como dados por referências cognitivas apenas indicadas como enraizadas no social, sem perceber tais enraizamentos como construções humanossociais, que podem ser localizadas em suas origens, evolução e superação.

Uma das possibilidades de enfrentar a incipiente conceituação dos quadros primários, especialmente no que diz respeito à formação das ideias no mundo social,

que dão “suporte” aos modos como interpretamos as cenas que se desenvolvem à nossa frente, pode se dar recorrendo à noção de ideologia. Não à ideologia como inversão da realidade, segundo algumas interpretações correntes (CHAUI, 1984; MARCONDES FILHO, 1994), mas à ideologia como construção de ideias comprometidas com visões de mundo de grupos sociais, em permanente disputa com as ideias de outros grupos e/ou classes sociais, tal como proposto por Michael Löwy, que busca superar as confusões terminológicas que envolvem o conceito.

Para tentar evitar essa confusão terminológica e conceitual, eu acho que é útil tomar a distinção feita por Mannheim entre ideologia e utopia, mas se deve procurar outro termo que possa se referir tanto às ideologias quanto às utopias, que defina o que há de comum a esses dois fenômenos. O termo que me parece mais adequado para isso, e que proponho como hipótese neste momento é “visão social de mundo”. Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, interpretações, representações e idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes determinadas. (LÖWY, 1995, PP. 13-14)

Quando utópicas, as visões sociais de mundo estão comprometidas em revolucionar as estruturas do social; quando ideológicas, estão comprometidas com a manutenção dos modos vigentes de percepção e ação sociais. Naquilo que nos importa, as visões sociais de mundo são o que permite perceber de onde viriam as concepções que nos orientam relativamente aos “quadros primários”. Parece-nos, ainda, ao buscarmos nas visões sociais de mundo possíveis “antecedentes” dos quadros primários, podemos também superar outra deficiência que alguns estudiosos apontam nas conceituações de Goffman, qual seja, a ênfase do autor sobre as ações individuais como descoladas das relações sociais mais amplas. Em diversos estudos, ele concentra esforços na compreensão de como os indivíduos se comportam e agem diante da realidade social, ou, o que é mais próximo da linguagem goffmaniana, promovem interações, dando pouca ou nenhuma importância ao fato de as interações acontecerem em um ambiente social marcado por contradições, jogos de poder e negociações. Desse modo, sejam os operadores jornalísticos, sejam os sujeitos que fruem os produtos noticiosos, interagem não somente a partir das suas percepções de determinada situação, mas como indivíduos que negociam as suas próprias crenças e valores que dão suporte cognitivo à interpretação do mundo, ou seja, aos modos como promovem enquadramentos.

A atenção aos limites do conceito de enquadramento, da sua origem com Goffman, à sua incorporação por Gaye Tuchman aos estudos do Jornalismo, e

posteriores aplicações por outros estudiosos, nos parece indicadora, para além de limites conceituais, de profícuas potencialidades. Aqui nos propusemos indicar algumas dimensões dos limites e possibilidades, na convicção de que os enquadramentos são essenciais à compreensão do que Genro Filho denomina de “potencialidades de formação da experiência” promovidas pelo Jornalismo.

Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade – para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- GASTALDO, Édson (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GASTALDO, Édson. Erving Goffman, antropólogo da comunicação. In: GASTALDO, Édson (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996. 7ª Edição.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: los marcos de la experiencia*. Madri: Siglo XXI, 2006.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo – cómo se forma el presente*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.
- GONTIJO, Murilo Marques. *Contribuições à construção de uma perspectiva híbrida para o jornalismo contemporâneo*. Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002. In: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2GONTIJO.pdf. Consultado em 15/08/2008, às 10h54.
- HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade no estudo dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. São Paulo: Global, 1994.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia – desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. *Sobre o facto e o acontecimento*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

- PATTERSON, Thomas E. *Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?* In: Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.
- SILVEIRINHA, Maria João. *O lançamento da moeda europeia e seus enquadramentos na imprensa*. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em setembro de 2005. In:<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18029/1/R0199-1.pdf>. Consultado em 25/01/2007, na base permanente de textos do site.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – volume I – por que as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque: Free Press, 1978.
- TUCHMAN, Gaye. Contando ‘estórias’. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- ZELIZER, Barbie. *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.